

O perfil profissional da psicologia nos CRAS na região centro-oeste do Rio Grande do Sul

Catheline Rubim Brandolt

Dorian Mônica Arpini

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o perfil profissional da psicologia nos CRAS da região centro-oeste do Rio Grande do Sul. Para isso, foram realizadas entrevistas dialógicas com dezesseis psicólogas atuantes em oito municípios, os quais foram sorteados - em plataforma online - para compor o estudo. A análise das informações foi organizada por meio de dois indicadores de acordo com a proposta construtiva-interpretativa, contemplando uma esfera objetiva e outra mais subjetiva referente aos aspectos que permeiam o perfil profissional. Identificaram-se o ingresso por meio de concurso público e uma atuação mais preconizada com essa política pública. Também percebemos que as psicólogas reconhecem a trajetória percorrida pela profissão no SUAS, bem como identificam onde buscar referenciais de apoio, principalmente nos materiais oficiais disponíveis. De acordo com as profissionais, para atuar no CRAS, essencialmente, deve-se lançar mão de um olhar ampliado, da escuta comprometida e livre de julgamentos, da dinamicidade e da criatividade. Logo, a pesquisa identificou um movimento de mudança e de definição de um perfil profissional mais próximo das demandas de atuação nesse contexto.

Palavras-chave: Assistência Social; CRAS; Psicologia; Perfil Profissional.

ABSTRACT

The professional profile of psychology on CRAS in the midwest region of Rio Grande do Sul

The objective this article aims to analyze the professional profile of psychologists from CRAS of the midwest region of Rio Grande do Sul. For this purpose, there were conducted dialogical interviews with sixteen psychologists working in eight cities that were randomly selected - by an online platform - to be part of the study. Data analysis was organized through two indicators according to the constructive-interpretative proposals, encompassing an objective axis and a more subjective one about aspects that constitute the professional profile. There were identified some advances regarding the composition of reference teams and the way the professionals enter that policy. It was also perceived that psychologists recognize the path already taken by the profession within SUAS, as well as identify where to look for support references, especially in available official material. According to the professionals, in order to work in CRAS, there must be essentially a wide look, a compromised and non-judgemental listening, dynamism and creativity. Therefore, the research identified a movement of change and definition of a professional profile that is closer to the demands of the work in such context.

Keywords: Social Assistance; CRAS; Psychology; Professional profile.

Sobre os Autores

C. R. B.
orcid.org/0000-0001-6000-8563
Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM) – Alegrete, RS
cathelinerb@gmail.com

D. M. A.
orcid.org/0000-0002-1667-5112
Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM) – Santa Maria, RS
monica.arpini@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é considerado um importante avanço para a consolidação e efetivação da política de Assistência Social. O SUAS norteia em todo o território nacional, serviços, benefícios e ações socioassistenciais - de caráter permanente ou eventual - o trabalho com famílias e nos territórios, sendo organizado em dois níveis de Proteção Social: a Básica (PSB) e a Especial (PSE) (subdividida entre média e alta complexidade) (Couto et al., 2017; Yamamoto & Oliveira, 2010).

No que tange às ações da PSB, estas se direcionam na busca pelo rompimento das ações de cunho assistencialista e de tutela das populações, em prol da garantia do acesso aos direitos de cidadania, tendo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o lócus principal no desenvolvimento de suas ações (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, 2021; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2009).

Assim sendo, o CRAS deve estar - preferencialmente - localizado em regiões que concentram uma incidência maior de vulnerabilidade social¹. Dentre os serviços ofertados tem-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (MDS, 2009; Pincolini, 2021).

Em relação à equipe de referência, cabe ressaltar que desde a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS; MDS, 2006) - e sua ratificação por meio da Resolução nº 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - , a psicologia compõe obrigatoriamente os serviços socioassistenciais em qualquer nível de complexidade, bem como pode ocupar funções na gestão do SUAS (CNAS, 2011; Conselho Federal de Psicologia - CFP & Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - CONPAS, 2016), sendo portanto, a segunda categoria profissional mais presente na composição das equipes, ficando apenas atrás do serviço social.

Em estudo organizado por Macedo et al. (2011), identificou-se que o SUAS contava com apenas 8.079 profissionais da psicologia, no entanto, nos dados levantados mais recentemente, no período de 2011 a 2019, foi registrada uma ampliação no número de "psis" nos serviços da Assistência Social no país, totalizando a presença de 25.131 profissionais (Macedo et al., 2022). Tal informação indicaria não só os investimentos governamentais para expandir e interiorizar o SUAS, mas também a conquista - quiçá uma consolidação - desse espaço de trabalho pela psicologia, reconhecendo o saber-fazer profissional como indispensável para essa política (Motta et al., 2021).

Sabe-se que a atuação da psicologia no CRAS fomenta-se pelo trabalho com e para as famílias, visando às relações que se estabelecem naquele contexto e o desenvolvimento das potencialidades pessoais e coletivas. Devendo, portanto, estar baseado na construção de uma relação dialógica, horizontal e respeitosa entre os agentes dessa política - destacando os trabalhadores, os usuários e as famílias (CFP & CONPAS, 2016; CREPOP, 2021).

Contudo, historicamente alguns desafios têm se atravessado no cotidiano de trabalho da psicologia no CRAS. No que tange a esfera macroestrutural, se reconhece o cenário crítico quanto à precarização, flexibilização e desregulamentação do trabalho, refletido pelos contínuos desinvestimentos - financeiros e materiais -, estagnação na ampliação dos serviços e alta rotatividade entre os profissionais das equipes, por exemplo. Cabe ressaltar que tal cenário interfere diretamente na qualidade, no planejamento e na continuidade das ações, uma vez que o trabalho da psicologia depende dos vínculos de confiança construídos entre os profissionais e o público atendido pela Assistência Social (CFP & CONPAS, 2016; Macedo et al., 2022; Motta et al., 2021).

Outro ponto que tem sido apontado com um desafio, refere-se ao hiato ainda presente entre a formação e a prática direcionada para o SUAS, a qual ainda se vê orientada mais pelo modelo clínico-individual, apesar de apresentar tímidas aproximações com o campo social - por meio da inclusão de disciplinas nos currículos acadêmicos, projetos de extensão e distintos campos para estágios curriculares. Contudo, entende-se que não basta apenas adicionar novos espaços, necessita-se ampliar a compreensão para além das individualidades dos sujeitos, num sentido macro socioestrutural. Esse se constitui em um obstáculo predominante nos estudos (Cordeiro & Curado, 2017; Macêdo et al., 2018; Seixas & Yamamoto, 2012), o que dificulta a profissão reconhecer sua contribuição no campo dessa política pública de Proteção Social, e, por vezes, reforça o discurso do desconhecimento e a sensação de "cair de paraquedas" no CRAS/SUAS. Assim, considerando estes desafios, o presente artigo tem o objetivo de analisar o perfil profissional da psicologia nos CRAS da região centro-oeste do Rio Grande do Sul, a partir do ponto de vista de profissionais que se encontram inseridos nos serviços.

METODOLOGIA

Este estudo é de caráter qualitativo, sendo fundamentado na perspectiva da psicologia social - especificamente a psicologia sócio-histórica -, a qual considera a relação entre o indivíduo e a sociedade - numa estreita interlocução -, sua historicidade - em movimento e mudança -, as relações grupais e institucionais, linguagem, pensamento, costumes e ações (Lane, 2017).

Participaram da pesquisa 16 profissionais da psicologia que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da região centro-oeste. Destas, 14 eram do sexo feminino e 02 do sexo masculino. Diante da majoritariedade feminina no estudo, optou-se por utilizar apenas o gênero feminino ao se referir aos participantes.

Para a realização do estudo, foi construída uma tabela com as informações sobre os municípios correspondentes à região da Subsede centro-oeste do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) considerando os cinco tipos de portes definidos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo eles: pequeno porte I, pequeno porte II, médio porte, grande porte e metrópole - no caso este último não se encontra presente na região do estudo. Diante desse contexto, optou-se por realizar a pesquisa em dois municípios de cada um dos 04 tipos de portes presentes na região centro-oeste.

Para tal definição considerou-se que na região existem apenas 02 municípios de grande porte, deste modo optou-se por utilizar esse critério de paridade para definir os demais portes (pequeno I, pequeno II e médio). Assim, foi utilizado um dispositivo virtual para sorteio online (Sorteador.com), através de uma videochamada² pelo Google meet, entre as pesquisadoras e a acadêmica de Psicologia que acompanhou o estudo, sendo essa a equipe de pesquisa. Foram sorteadas uma dupla de cada modalidade, definindo 08 municípios titulares e 02 suplentes. Posteriormente, foram realizados os contatos com as respectivas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social (SMDS) a fim de obter as autorizações institucionais.

Reunidas as autorizações dos municípios sorteados, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria, a qual a pesquisadora estava vinculada sob parecer nº 5489955, (CAAE nº 59159822.9.0000.5346). A seguir, realizou-se novo contato com as SMDS para lhes informar da aprovação do estudo pelo Comitê de Ética e solicitar os contatos das psicólogas.

Dispondo de tais informações, todas as participantes do estudo foram contatadas por envio de mensagens no WhatsApp, onde apresentou-se a proposta da pesquisa e a forma como poderia ser realizada a entrevista. Apenas, após a manifestação de interesse em participar do estudo, foi compartilhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em sequência, foram agendadas as entrevistas online - compostas por um primeiro momento de caracterização pessoal e em seguida às entrevistas dialógicas propriamente ditas.

De acordo com González Rey e Martínez (2017), essa abordagem de entrevista implica a construção de um espaço aberto de conversação, caracterizado como um encontro, no caso deste estudo, entre profissionais que estavam em

lugares discursivos diferentes (pesquisador e participantes), mas ambos interessados em dialogar sobre o tema que versava sobre as práticas e saberes do trabalho da psicologia nos CRAS em relação ao território, os usuários e a gestão. Com isso, a dinâmica conversacional foi sendo "costurada" por perguntas disparadoras, respeitando o modo de expressão dos participantes, desencadeando - a partir de seus relatos - outras reflexões. As perguntas buscaram contemplar aspectos sobre: inserção no serviço e identidade profissional; potencialidades e práticas psicológicas no CRAS; e realidades dos serviços, avanços e impactos.

Cabe mencionar que antes do início das entrevistas, todas as participantes deram o aceite verbal ao TCLE, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), e documento orientativo para pesquisas em ambiente virtual da Comissão Nacional de Pesquisa (Brasil, 2021). Quanto ao tempo de duração das entrevistas, este variou entre 50 minutos a 1 hora e 15 minutos. Ainda, destaca-se que foram respeitadas todas as considerações éticas e de sigilo, sendo adotadas letras e números como estratégia de identificação para as participantes (P1, P2, P3...), estes foram atribuídos conforme ocorreram os aceites e o agendamento das entrevistas. Além disso, juntamente a essa identificação foram incluídos, os portes dos respectivos municípios ao qual as participantes atuavam, visando dar mais visibilidade às especificidades em relação aos diferentes portes abarcados nos trechos.

Para a análise das informações utilizou-se a perspectiva construtivo-interpretativa de González Rey e Martínez (2017), que consiste num processo de construção e reconstrução permanente e dialógica, no qual foram identificadas informações e ideias semelhantes entre as participantes. Quanto aos resultados, estes foram conduzidos por trilhas hipotéticas que deram origem a indicadores, os quais foram interpretados e discutidos a partir dos trechos conversacionais sendo articulados com o referencial teórico.

Logo, este artigo foi elaborado a partir de dois indicadores: o primeiro mais de cunho objetivo apresentando aspectos que indicam uma mudança na forma de ingresso das profissionais no campo da Assistência Social e o segundo abrangendo uma perspectiva mais subjetiva trazendo indicativos de avanço em relação ao perfil profissional da psicologia no CRAS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar os resultados encontrados no que corresponde ao perfil profissional, destaca-se que, em relação às informações contempladas na esfera objetiva/material, identificou-se que nos CRAS onde estavam alocadas as participantes, havia minimamente - a composição de equipe de referência estabelecida pela Norma Operacional Básica para Recursos Humanos para o SUAS (NOB-RH/SUAS) (MDS,

2006), a qual contempla a presença de profissionais do serviço social e da psicologia - obrigatoriamente - e técnicas de nível médio. Como evidenciam os dois trechos abaixo:

"No meu caso, então, nesse CRAS que eu atuo, eu sou a única psicóloga que atua ali. (...) Nós temos uma coordenadora, que é assistente social e temos mais três assistentes sociais, e aí a gente ainda tem, então, duas orientadoras sociais." (P12, médio porte)

"Hoje a nossa equipe é um psicólogo, a assistente social, a orientadora social, a oficineira, a coordenadora - que também é assistente social, mas ela não exerce o cargo, né, ela é coordenadora - e administrativo, temos um estagiário de psicologia, uma estagiária, que ela fica na parte do Cadastro Único, ã, tem uma pessoa pra limpeza também." (P7, pequeno porte II)

Ainda, foi possível contemplar que além dos profissionais preconizados pela política, algumas entrevistadas trouxeram na composição da equipe outros profissionais, como: cadastradores do CadÚnico, estagiários, oficineiros e demais monitores. A presença dos profissionais indicaria um aspecto positivo, uma vez que por conta das diferentes demandas que adentram o CRAS, as equipes de referência necessitam ser diversificadas e ampliadas para que possam efetivamente realizar o trabalho social com as famílias.

Já no que tange ao vínculo trabalhista, as participantes - em sua maioria - referiram que a forma de ingresso no serviço se deu por meio de aprovação em concurso público, sendo, portanto, servidoras estatutárias. Essa é uma informação muito importante, na medida em que vem a se contrapor aos dados anteriormente levantados por diversos estudos (Macedo & Dimenstein, 2012; Macedo et al., 2022; Motta et al., 2021; Seixas & Yamamoto, 2012), nos quais salientava-se o predomínio de vínculos trabalhistas não permanentes dos profissionais da psicologia no SUAS, bem como o estigma da subalternidade, desprofissionalização e voluntariado a que as profissionais se encontravam (Couto et al., 2017; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Logo, a informação acima vem ao encontro do que é proposto pela NOB-RH/SUAS, a qual orienta e defende mecanismos de profissionalização das trabalhadoras, como: ingresso via concurso público garantindo a desprecarização dos vínculos. Essa norma traz ainda aspectos em relação à oferta periódica de espaços de Educação Permanente, visando à qualificação e valorização das trabalhadoras (MDS, 2006; Couto et al., 2017).

Contudo, em relação a forma de ingresso, é necessário fazer uma ressalva quanto à ênfase desses concursos. No diálogo com as psicólogas identificou-se que nenhum dos concursos por elas realizado, foi específico para o campo da Assistência Social, contemplando conteúdos mais generalistas quando direcionados a cargos na Prefeitura - podendo ser este designado para qualquer setor do município

- ou mais específico para a área da saúde, como aparece nos trechos conversacionais a seguir:

"É, eu fiz o concurso, ã, pra prefeitura, mas aí eu já fui direcionada pra Assistência Social. Fui diretamente pro CRAS. Eu cheguei a atuar no CREAS durante seis meses, assim, por substituição a uma licença maternidade de uma colega, mas no restante do tempo sempre no CRAS." (P12, médio porte)

"E aí foi quando me chamaram pro concurso daqui que na verdade o concurso aqui de [cidade], a princípio era pra saúde, né. Então a gente...eu imaginava que iria pra saúde realmente, e aí foi uma surpresa, quando foram chamados os primeiros psicólogos, que foram chamados foram todos pra Assistência. Então pra mim foi uma surpresa bem grande, porque era realmente uma área que eu nunca tinha atuado. Então, não esperava, assim. E não tinha realmente nenhuma experiência nessa área." (P4, grande porte)

Em relação a este aspecto, entende-se, que ainda é preciso avançar no que se refere a organização dos concursos, de modo a que venham a ser mais específicos para a área da Assistência Social, contemplando em seus conteúdos programáticos, referências que abordem o trabalho nesse campo. Nesse sentido, não só apresentando a política, mas também previamente "selecionando" profissionais interessadas em atuar na área, estando, desse modo mais direcionados ao trabalho e consequentemente mais preparadas para o exercício profissional. Logo, entende-se ser essa uma lacuna, que demanda mudanças, as quais poderiam trazer avanços para a atuação no contexto da política de Assistência Social.

Ainda, nessa mesma direção, houve também referência a outras modalidades de vínculo como: consórcio/terceirização e contrato por tempo determinado, apesar destes serem em menor proporção, se comparado às que ingressaram por concurso, não se pode deixar de registrar que essas modalidades continuam a ser adotadas por algumas gestões municipais. No trecho comentado por P6, a presença de outra instituição intermediando a questão trabalhista - entre as profissionais e o município - foi mencionada, mas não problematizada. Em contrapartida, no diálogo com a P5 nota-se um posicionamento crítico a respeito dessa forma de inserção e de como essa forma de ingresso pode interferir na prática da psicologia com o usuário:

"Foi [no] final de 2020 que veio a proposta, porque a verdade é que a Prefeitura trabalha com o consórcio, daí eu fui chamada pelo consórcio. Eu trabalho, presto serviço pra prefeitura através do consórcio. É como se fosse um contrato. É uma empresa, a gente forma uma empresa e essa empresa daí presta serviço pra prefeitura." (P6, pequeno porte II)

"Aqui em [cidade] não tem concurso para essa área, assim, é à base de processo seletivo. Então isso aí eu já vejo como uma característica negativa para os serviços, né, pros usuários que também, enfim, precisam desses serviços e dessa vinculação com os profissionais, né, que o nosso trabalho no CRAS é sobre

isso, sobre vínculo, sobre território, enfim.” (P5, grande porte)

Cabe salientar que no trecho conversacional de P5, a ideia de rompimento de vínculo e descontinuidade no acompanhamento das famílias, foi identificada como algo extremamente desfavorável para o que se espera da atuação da psicologia no CRAS. Tal ressalva, vem a corroborar com o que têm sido continuamente apontado em materiais orientativos e estudos já realizados (CFP & CONPAS, 2016; Macedo et al., 2022; Seixas & Yamamoto, 2012).

Assim, após tais apontamentos quanto à inserção das profissionais no CRAS, cabe-nos avançar na discussão de outros aspectos que envolvem o perfil das psicólogas no serviço. No decorrer das entrevistas, foi possível compreender mais a respeito das percepções das profissionais em relação aos desafios da prática profissional nesse campo.

Nesse sentido, ficou claro que as participantes reconhecem a caminhada que a psicologia já tem construído no CRAS/SUAS. Porém, ainda mencionaram a necessidade de romper com o estereótipo tradicional da profissão, o que sinalizaria um descompasso ainda presente entre a formação acadêmica e o campo de atuação. Para Macêdo et al. (2018) tal fato vem a ser um obstáculo no processo de reconhecer que habilidades são importantes para as psicólogas atuarem no SUAS.

Apesar de alguns avanços como, a inclusão de disciplinas com foco mais social, comunitário e saúde, estágios curriculares e projetos de extensão, a estrutura formativa continua sendo norteada pelo modelo clínico/individual. Cordeiro e Curado (2017) ressaltam exatamente essa divergência e destacam o impasse na elaboração de intervenções terapêuticas distintas da psicoterapia - como indicado nas referências técnicas que guiam o SUAS -, já que, durante o percurso acadêmico, o ensino de habilidades voltadas à clínica é majoritariamente predominante. Este aspecto, pode ser identificado nos trechos conversacionais de P9 e P16, ao trazerem os desafios quanto à necessidade de desconstruir a abordagem da clínica tradicional para atuar no CRAS.

“Olha, primeiro tem que desconstruir algumas coisas que a gente constrói na Universidade, né. Lá pra nós é tudo muito certo, em princípio, né, a teoria diz isso e tu sabe que na prática, muitas vezes, não rola, não rola. E também, pra mim, talvez o que no início ali foi um pouquinho mais difícil, como eu venho da clínica, então, ã, eu me policiar bastante pra não estar fazendo uma escuta de clínica... não deixa de ser clínica, mas aquela escuta clínica mesmo lá do consultório, no caso. (...) não que na clínica tu não olhe o contexto, mas a gente, no caso, na clínica é a pessoa que está na tua frente, né, é aquela pessoa ali, é o que ela te fala, é a verdade dela.” (P9, grande porte)

“Pra mim, a parte mais...eu vou ser repetitiva, mas é desvestir, desvirtuar da clínica, porque a gente tem que ter um olhar mais social, né, mais garantia de direito.” (P16, grande porte)

Inclusive, P16 indiretamente complementa o trecho de P9, quando menciona que as psicólogas no CRAS necessitam interpretar sócio-histórico-culturalmente aquele território, bem como os seus atravessamentos nos sujeitos/famílias, ou seja, não vê-los isoladamente. Oliveira et al. (2017) e Costa e Oliveira (2020) reforçam que para construir seu saber fazer é necessário que as psicólogas conheçam o contexto e como se configuram os modos de vida, as demandas, os recursos, os limites e as potencialidades existentes. Tendo como referência, a perspectiva da psicologia sócio-histórica, na qual os fenômenos sociais são compreendidos a partir da dialética de objetividade/subjetividade, ou seja, um afeta intrinsecamente o outro, não podendo serem vistos e/ou analisados isoladamente (Sawaia & Silva, 2019).

Ainda, outro aspecto relevante identificado, foi a busca por parte das profissionais por leituras que contemplem a política pública do SUAS. Ressalta-se que a forma de acesso a tais materiais, teria se dado via CRAS - por meio do envio de materiais pela gestão ou pelos colegas de equipe - e também fruto da curiosidade das profissionais. Assim sendo, compreende-se que as legislações e os demais materiais orientativos oficiais, que contemplam de modo mais geral a organização e o funcionamento do processo de trabalho no CRAS, são norteadores fundamentais para as entrevistadas, como traz o trecho de P2 (pequeno porte I): “A gente tem uma coletânea de leis pra gente poder acompanhar e ficar se atualizando (...). A gente recebe da prefeitura. As meninas recebem lá e encaminham pra gente.”

Além disso, a fala de P9 complementa, enfatizando a importância de constantemente retomar a leitura e refletir sobre as ações desenvolvidas:

“Então, eu fui reler a política depois e ainda estou lendo uma outra parte da política, que na época não tive muito acesso e também não, porque também não era prática lá naquele serviço no momento, né. Então, ainda continuo lendo e volto e leio de novo, enfim. Que eu fico pensando nas práticas, como pode melhorar dentro do que a política permite, né.” (P9, grande porte)

Ademais, Cordeiro e Curado (2017) reafirmam que a proposta dos materiais do MDS busca realmente ser uma fonte de inspiração para orientar os profissionais de forma ampla, ou seja, apresentar uma estrutura básica. Contudo, apesar de já demonstrarem conhecer em quais orientações da política devem-se embasar as atividades desenvolvidas no CRAS, no que se refere especificamente aos materiais produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) por meio do CREPOP, estes foram pouco mencionados pelas participantes.

Tal fato, trouxe algumas inquietações a respeito do desconhecimento - e por que não pensar em certa invisibilidade - interna da psicologia sobre o próprio CREPOP e consequentemente em relação ao acesso às referências técnicas organizadas por ele. A respeito disso, encontrou-se diferença em relação ao estudo realizado por Macêdo et al.

(2018), no qual foram entrevistadas psicólogas dos CRAS da Paraíba, uma vez nesse estudo os materiais produzidos pelo conselho profissional foram mencionados enquanto referências basilares para atuação no serviço.

Ainda nessa direção, também nos indagamos a respeito de qual representatividade o conselho profissional tem para as participantes desta pesquisa, em virtude de que os materiais produzidos pelo CFP e CRP não se apresentaram como uma referência de apoio significativa, quando se trata da atuação nesta política pública. Como aparece no trecho conversacional de P4, o conselho acaba sendo indiretamente mencionado apenas ao delimitar sobre o que pode ou não ser feito no CRAS.

“Eu até conversava com a minha colega que entrou junto comigo e a gente falava assim: ‘Olha, a gente já entendeu o que a gente não faz no CRAS, mas entender o que a gente faz ainda tá um pouco complicado assim, né.’” (P4, grande porte)

Assim, para haver uma aproximação entre o que preconiza a política do SUAS e às habilidades do profissional psi no CRAS, é importante que hajam leituras e atualizações constantes sobre os materiais, visto que o CRAS é composto por sujeitos/famílias num território vivo, não sendo viável a construção um “manual/roteiro” objetivo e direto sobre as ações da psicologia nesse campo. Logo, essa perspectiva flexível que se encontra nas referências técnicas do CREPOP, pode trazer possibilidades de um agir com criatividade, levando as profissionais a saírem de uma “possível” zona de conforto, convocando-as a expandirem suas “caixas de ferramentas”.

Dentro desse escopo de análise, relatos de P3, P7 e P13, destacam que para avançar nos esclarecimentos sobre o que contempla o perfil do profissional para atuar no CRAS, não basta apenas se apoiar numa única fonte, sendo fundamental ampliar suas redes de conhecimento e acesso à informação. Nesse sentido, as profissionais mencionaram ter recorrido a diferentes fontes como: leituras de livros/autores da psicologia e artigos científicos que apresentem o cotidiano nos serviços, com indicações/referências para novas leituras, assim como ideias/sugestões de atividades para inserir no serviço, mencionaram ainda a realização de supervisões com outras psicólogas.

“(…) teve um livro/tem uma autora que eu gosto muito, que ela é relativamente nova assim, que é a Ana Pincolini, e eu comprei o livro dela, e ela é muito atuante nessa questão da psicologia no CRAS e tem vários materiais dela e videoaulas, ela dá capacitações, né. E aí o livro dela pra mim foi um marco (...) Ela cita muito a Sílvia Lane também, né, foi então, esse livro aqui eu comprei no ano passado quando eu vim pra cá e ele me abriu assim muito os horizontes, de qual que era a minha função aqui, mais nesse direcionamento da psicologia social.” (P3, pequeno porte I)

“Geralmente eu busco artigo, que é algo mais sucinto, assim, mais rapidinho, mas também a gente tem umas reuniões, que a

gente faz com os técnicos e daí ali é sugestionado alguns materiais, livros, que a gente tem uma orientadora que é psicóloga, e daí ela nos repassa, até vídeos também, a gente pode estar buscando, pra se aprimorar.” (P7, pequeno porte II)

“Fiz uma supervisão, eu já tava quase esquecendo, né, mas foi aí que virou a chave -, fiz uma supervisão com a Rosana Fonseca, do blog Psicologia do SUAS. Mas ela era uma das pioneiras, primeiras psicólogas a abordar a questão do SUAS, né, assim pra Internet, pra todo mundo ver, né. Aí que foi virando a chave, né.” (P13, médio porte)

Entende-se que ter conhecimento sobre o processo organizativo da Assistência Social auxilia para o entendimento do lugar e do papel a ser desenvolvido pelas profissionais nessa política pública (CREPOP, 2021). Assim sendo, ao agregar mais informações, consequentemente mais qualificada e fundamentada serão as ações e a tomada de decisão das profissionais. O trecho conversacional de P1 evidencia esse aspecto.

“Eu leio mais os artigos, especialmente, acho que mais os específicos CRAS, Psicologia Social, qual o papel do psicólogo. Até pra que a gente possa, né, ã, se posicionar. Porque como tem a questão do assistencialismo, quanto mais a gente tem conhecimento, mais a gente consegue dizer não: Não é isso, e é isso que eu preciso fazer.” (P1, pequeno porte II)

A fim de aproximar as práticas à política de Assistência Social, as participantes comentaram sobre algumas habilidades essenciais a serem agregadas às suas “caixas de ferramentas” para atuação no CRAS, sendo estas reveladas a partir do processo diário no serviço. Para elas, a habilidade de correlacionar a capacidade de estar em muitas frentes de trabalho - reconhecendo a dinamicidade no CRAS - e ao mesmo tempo serem criativas foram atributos ressaltados, como pode-se observar em P11 (médio porte): “Em primeiro lugar tem que ser bem dinâmico, porque é diferente de clínica, né, tu tem que ter criatividade, assim, ã, abertura pra conversar com elas.”, sendo complementada por P8 na sequência:

“Então tudo é o que eu digo: É uma construção, né. E é que nem a nossa função, assim, né. Então a gente vai construindo e as coisas também vão se aperfeiçoando e vão, né, ã, a gente vai se capacitando, enfim, né. (...) Eu que digo: A gente, dentro do CRAS, a gente é multi, faz múltiplas funções, né.” (P8, grande porte)

Nessa direção P12 e P3, ampliaram a análise, fazendo alusão a capacidade do profissional psi de se reinventar, estando disposto para realizar novas e diversas atividades. Exigindo, assim, uma certa flexibilidade para articular entre os conteúdos aprendidos durante a formação acadêmica e as leituras atualizadas com o que preconiza a política do CRAS/SUAS. E para isso, Yamamoto e Oliveira (2010) reiteram uma mudança de postura urgente.

“Olha, é sair desse lugar de psicóloga somente, eu acho que a psicóloga no CRAS é ser multitarefa, é assumir em todas as

frentes, é fazer coisas que fazem parte, né, da formação e ao mesmo tempo também realizar outras coisas que não tem nada a ver com a formação.” (P12, médio porte)

“Eu acho que o leque de atividades que eu faço aqui é muito maior e acho que muito mais adequado e coerente com que a política propõe, sabe. Eu faço acolhimentos, é claro que eu faço os atendimentos particularizados, né, os acompanhamentos, mas eu faço dois grupos, né, que são grupos assim bem...que eu gosto muito de fazer, que eu enxergo a potência deles e faço visitas, né. E eu já fiz algumas ações assim, é mais assim, comunitárias, na escola (...).” (P3, médio porte)

Pode-se perceber a partir dos relatos, um fazer profissional que se apresenta de modo mais plural, com a realização de ações diferenciadas, lançando mão de diferentes recursos, articulando o saber profissional ao contexto e as exigências da política de Assistência Social, sendo este um aspecto importante quando se analisa o perfil para atuação no CRAS.

Somando-se a nossa análise, a escuta foi apontada como essencial para a construção do perfil da psicologia no CRAS, destacando-se que esta deve ser atenta, sensível, cuidadosa e livre de julgamentos. Em relação a este ponto, Carretero (2018) também ressalta essa competência como um instrumento técnico basilar para a profissão no SUAS. Salienta-se que, quando inseridos nos CRAS, a escuta dos profissionais deve assumir um viés ainda mais ativo, comprometido e corresponsável. Uma vez que as profissionais psis são as principais agentes mediadoras na busca pela materialização dos direitos sociais dos usuários, como destacam as falas a seguir:

“Bom, é aquela, eu acho que não tem como não falar da psicologia na Assistência [Social] sem falar da tecnologia da escuta, né. (...) A Psicologia vem trabalhar com a escuta, né. E acho que seria essa a contribuição, assim. O desenvolver, assim, a técnica/tecnologia da escuta, eu acho, essa tecnologia mais humana, mais leve, menos pesada, né. No...nos serviços, né, de Assistência [Social].” (P16, grande porte)

“Então, assim, eu acho que o trabalho em si do CRAS, tu sempre que tu faz um pouquinho pra aquela pessoa, já é gratificante, né, desde uma escuta já é muito importante, porque às vezes as pessoas querem só isso, né, é uma oportunidade de falar ou de somente tu escutar aquela pessoa.” (P8, grande porte)

Ainda, nesse sentido, parece ser importante mencionar que para o CREPOP (2021) é fundamental reconhecer a escuta - ou os lugares de escuta - como base para a prática de cuidados a ser disponibilizada no CRAS, desse modo a subjetividade vai se potencializando como parte importante no trabalho socioassistencial. Aqui cabe uma associação significativa com a proposta de Merhy et al. (2019) direcionada ao trabalho em saúde, a respeito da perspectiva das tecnologias leves, na qual a escuta e a empatia - por exemplo - são consideradas habilidades que dizem respeito a capacidade da profissional se implicar na relação com o

outro, favorecendo assim as trocas e os encontros. Isso aparece na fala de P1:

“Então eu acho que é esse olhar, de poder escutar a pessoa e que ela possa aos poucos ir realmente falando o que é a história dela. E a partir desse...dessa fala/dessa escuta que as pessoas vão tendo consciência (...). Então eu acho que pela psicologia é a escuta, desse olhar diferenciado de não julgamento, né.” (P1, pequeno porte II)

Além disso, simultaneamente, as participantes também ressaltaram que o olhar diferenciado e ampliado, também seria importante para a estruturação do perfil da psicologia. Nessa direção, Oliveira et al. (2017) apontam que esse “olhar da psicologia” vem a dialogar com outras perspectivas sociais no intuito de desenvolver um trabalho mais resolutivo no CRAS. Como destaca o trecho abaixo:

“O que muda bastante é o olhar que a gente tem dentro daquele conhecimento que a gente adquiriu na formação, né, e no que a gente estuda. Então é um olhar diferenciado e que muitas vezes, assim, acaba conseguindo realizar alguma intervenção e auxiliando, então, as colegas, né, em algumas coisas que elas não conseguem enxergar, né.” (P12, médio porte)

De forma a complementar, o trecho conversacional de P3 acrescenta:

“(...) hoje eu entendo que ampliando assim o leque/as questões a serem exploradas, eu consigo sim, me ver ali e ver a importância do psicólogo também pra essas situações, né. E pra isso, também a gente tem que ter esse olhar assim mais amplo, né. Porque também se tu não pergunta nada dessas coisas, não quer saber, não explora, tu também não vê, né, a pessoa fala, enfim, mais dessas questões mais materiais, né. E tu dá a cesta básica e tchau, e nada acontece, né. Então eu fui entendendo que o meu papel também era muito por aí, né, ver também/explorar essas outras questões, né. E aí vem!” (P3, pequeno porte I)

Assim sendo, a partir do exemplo de P3, identificou-se, a importância dada pelas profissionais para a escuta, a qual traria a possibilidade de “enxergar nas entrelinhas”, ampliando a demanda inicial que teria levado os usuários a acessar o CRAS. Sendo essa outra característica importante para compor o perfil da psicologia nesse campo de atuação, uma vez que as questões subjetivas e relacionais coexistem, e por vezes, intensificam-se devido às vulnerabilidades e às dificuldades que enfrentam as famílias do território.

Isto posto, destacamos o que sinaliza Pincolini (2021), com relação ao fato de que a psicologia está em processo de “calibração das lentes”, sendo essa uma “calibração”/construção que nunca deve acabar. Contudo, considera-se importante mencionar que as profissionais parecem estar fazendo um movimento importante em direção a aproximação da atuação profissional e o contexto/lócus de atuação, movimento este que sem dúvida traz contribuições significativas para qualificar e dar mais especificidade ao perfil das profissionais que trabalham no CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações trazidas pelas participantes do estudo foi possível identificar que houve no contexto em foco avanços em relação ao perfil profissional da psicologia no CRAS, se comparado com pesquisas anteriores. A questão do predomínio de profissionais que tiveram seu ingresso via concurso público, foi considerada uma conquista significativa, tendo em vista que a questão do vínculo não permanente vinha sendo apontada como um fator dificultador para o trabalho nesse campo. Apesar disso, ainda se fazem necessários avanços, especialmente quanto às especificidades dos concursos, na medida em que se pode observar que muitos deles não foram direcionados para a área da Assistência Social.

Outro aspecto importante na análise realizada, se refere ao destaque dado pelas participantes aos documentos orientativos da política, os quais se constituem como um apoio para fundamentar aspectos do trabalho no CRAS. Contudo, quando se pensa num perfil profissional mais específico, é preciso avançar ainda mais. Uma vez que a atuação nesse campo demanda mudanças em relação ao conhecimento adquirido na formação/graduação, exigindo atualizações constantes.

Pode-se identificar também, que as participantes demandaram orientações num “teor mais prático e claro que orientasse o passo-a-passo” para a atuação da psicologia no CRAS. Tal expectativa, acaba sendo de certo modo ambíguo, uma vez que não há um mesmo desenho de CRAS e menos ainda um modelo único de perfil profissional. Aliás, nem se espera que isso aconteça, pois tal “checklist” poderia acabar restringindo a autonomia, a capacidade de análise e a criatividade dos profissionais.

Ainda nessa direção, observamos que uma estratégia possível, estaria na organização de diferentes redes de conhecimento, seja por meio de leituras de materiais do conselho profissional, de artigos científicos, e reuniões ou supervisões com outras(os) psicólogas(os) que atuam nessa política. Esse aspecto, de buscar ampliar o conhecimento e as práticas, refletiria em uma qualificação e apoio para o trabalho, e poderia se dar por meio dos espaços contínuos de Educação Permanente. Sendo esta, uma estratégia regulamentada pela política de Assistência Social, que muitas vezes tem sido pouco explorada.

Aqui também, cabe reforçar o movimento relatado pelas profissionais, de resgatar em suas “caixas de ferramentas” - as habilidades e conteúdos - que acompanham suas práticas, agregando-os a esse contexto. Em relação a isso, as participantes ressaltaram que o olhar diferenciado, a escuta, a flexibilidade, a dinamicidade e a criatividade são ferramentas essenciais para o perfil profissional no CRAS.

Logo, espera-se que tais habilidades sejam cada vez mais trabalhadas de modo a atender as demandas das políticas públicas.

Assim, a pesquisa apontou aspectos significativos em relação aos avanços na aproximação das psicólogas ao contexto de atuação nos CRAS, chamando atenção para as arestas que ainda se encontram presentes nessa construção. Contudo, pode-se identificar um movimento de mudança e a construção de um perfil profissional mais alinhado à atuação nesse contexto.

Por fim, salienta-se que pelo fato de a pesquisa ter sido concentrada na Subsede centro-oeste conforme divisão do Conselho Regional de Psicologia no Rio Grande do Sul (CRPRS), pode ser considerada uma limitação do estudo. Nessa direção, sugere-se que estudos futuros possam contemplar as demais Subsedes do conselho no estado, bem como acessar outras fontes de informações - como: grades curriculares, entrevistas com as coordenações dos CRAS -, para que assim se possa ampliar o entendimento sobre como vem se desenhando o perfil das psicólogas no CRAS em terras gaúchas. Ainda, em relação a Educação Permanente, que não foi objeto deste estudo, sugere-se que outras pesquisas possam ser realizadas com este tema, dada sua relevância como estratégia de capacitação e possibilidade de trocas entre as profissionais e assim compreender como cada município a desenvolve e a fomenta pode ser de grande contribuição para a qualificação das práticas profissionais.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue: C.R.B. e D.M.A. contribuíram para a conceitualização, investigação e visualização do artigo; C.R.B. e D.M.A. fizeram a redação inicial do artigo (rascunho) e C.R.B. e D.M.A. são as responsáveis pela redação final do artigo (revisão e edição).

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem a Luana Tadielo pelo apoio na transcrição e discussão das entrevistas.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

As autoras declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de doutorado da primeira autora (CAPES, nº processo 88887.483995/2020-00).

REFERÊNCIAS

- Brasil (2016). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510*, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a ética em pesquisa na área de ciências humanas e sociais.
- Brasil (2021). Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. *Carta Circular nº1. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual*. <http://conselho.saude.gov.br/normativas-conep?view=default>.
- Carretero, G. H. (2018). Psicologia e assistência social: O sofrimento ético-político e a escuta, ação e garantia de direitos. In: B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busarello (Orgs.), *Afeto & comum: Reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp.145-161). Alexa Cultural.
- Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS* (3a.ed.). CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) & Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS). (2016). *Nota técnica: Parâmetros para atuação das (os) profissionais de Psicologia no âmbito do SUAS*. CFP.
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2011). *Resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. Brasília: DF. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-17-de-20-de-junho-de-2011/>
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na Assistência Social: Um campo em formação. *Psicologia e Sociedade*, 29(e169210), 1-11 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i169210>
- Costa, A. L. F., & Oliveira, I. F. de (2020). Psicologia e Políticas Sociais: uma análise marxista. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74(e020), 1-23. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARPB-2022v74.19679>
- Couto, B. R., Yazbek, M. C., & Raichelis, R. (2017). A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: B. R. Couto, M. C. Yazbek, M. O. da S. Silva, & R. Raichelis (Orgs.), *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento* (pp. 61-94). 5.ed. revisada e atualizada. Cortez.
- Cruz, L. R. da, & Hillesheim, B. (2016). Vulnerabilidade social. In: R. M. C. Fernandes, & A.
- Hellmann (Orgs.), *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* (pp.300-302). Recurso eletrônico. Editora da UFRGS/CEGOV
- González Rey, F. L., & Martínez, A. M. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Editora Alínea.
- Lane, S. T. M. (2017). *O que é psicologia social*. Editora Brasileira. 1.ed. E-book.
- Macêdo, O. J. V., Lima, C.M. D., Brito, F. H. S., Souza, J. N. P.; Sousa, N. K. M.; Sousa, S. P., & Dias, S. G. (2018). Atuação dos profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba. *Temas em Psicologia*, 26(2), 1083-1097. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-20Pt>
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242012000100015
- Macedo, J. P., Fontenele, M. G., & Gomes, R. W. S. (2022). Psicologia e assistência social: Crise e retrocessos pós-encerramento do ciclo democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(n.spe), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>
- Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho, D. M., Magalhães, M. A., Sousa, F. M. S., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos? *Psicologia em estudo*, 16(3), 479-489. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000300015>
- Merhy, E. E., Feuerwerke, L. C. M., Santos, M. L. de M., Bertuso, D. C., & Baduy, R. S. (2019). Rede básica, campo de forças e micropolítica: Implicações para a gestão e cuidado em saúde. *Saúde em debate*, 43(n.spe), 70-83. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S606>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2006). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS*. Brasília: DF.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília: DF.
- Motta, R. F., Brandolt, C. R., & Pizzinato, A. (2021). Trabalhadoras(es) do SUAS: Quem são as(os) psicólogas(os) da Proteção Social Básica (PSB). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(n.spe.2), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003193409>
- Oliveira, I. F. de, Maheirie, K., Machado, F. V., Motta, R. F., & Minchioni, T. (2017). Psicologia no contexto do SUAS: um olhar para o cenário e para as tendências do trabalho na Política de Assistência Social. In: A. A. S. de Oliveira (Org.), *Psicologia sócio-histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas* (pp. 289-306). EDUFAL.
- Pincolini, A. M. F. (2021). *A psicologia que sobe morro e desce ladeira: Vinhetas não [?] clínicas de atuação da psicologia no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Ap-
pris.
- Sawaia, B. B., & Silva, D. N. H. (2019). A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In: G. Toassa, T. M. C. Souza, & D. de J. da S. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia sócio histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis* (pp.20-41). Editora da Imprensa Universitária.
- Seixas, P. de S., & Yamamoto, O. H. (2012). A inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. *Psicologia Argumento*, 30(70), 477-489. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.6135>

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. de (2010). Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n.spe), 9-24.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

2. Optamos pelo uso da videochamada durante os sorteios entre os municípios que participaram do estudo, porque nesse período, estávamos nos momentos iniciais da pandemia e todas as atividades presenciais encontravam-se submetidas ao regime remoto de trabalho.

NOTAS

1. A vulnerabilidade social se refere a uma condição estrutural do capitalismo, sendo, portanto, necessária para sua existência. Assim, entende-se que a vulnerabilidade social corresponde a falta, insuficiência ou inadequação nas ofertas sociais à um determinado grupo, em relação à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, fragilidade das relações sociais, bem como na qualidade de acesso aos serviços públicos e de Proteção Social (Cruz & Hilleshem, 2016).

Recebido em: 28/06/2024

Primeira decisão editorial em: 10/02/2025

Aceito em: 11/03/2025